

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 308, DE 2007

Modifica os artigos 291, em seu parágrafo único, 306 e 308 e revoga o artigo 292 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997).

Autor: Deputado POMPEO DE MATTOS

Relator: Deputado ALBERTO SILVA

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO HUGO LEAL

Inicialmente, cumpre destacar que nossa análise sobre o projeto em tela restringir-se-á aos aspectos de mérito atinentes à competência desta Comissão, nos termos da alínea “h” do inciso XX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, notadamente no que se refere à segurança e à legislação de trânsito e tráfego.

Quanto à modificação proposta no parágrafo único do art. 291 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, consideramos ser oportuna a retirada dos crimes de trânsito de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada, os chamados “rachas” ou “pegas”, das regras previstas na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais –, para cujas disposições referem-se às infrações penais de menor potencial ofensivo, definidas como as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

De pronto, temos que o crime de embriaguez ao volante já possui, pela atual redação do CTB, pena máxima de três anos de detenção. Para o crime de participação em “rachas”, embora o atual dispositivo do Código estabeleça pena de até dois anos, o projeto de lei sob análise propõe a elevação da pena máxima para três anos, medida que julgamos acertada, devido ao potencial de periculosidade desse tipo de conduta, que compromete irremediavelmente a segurança do trânsito.

Como vemos, além de fugir ao escopo formal previsto em lei para os crimes de menor potencial ofensivo, jamais poderíamos considerar, até pela gravidade das ocorrências e pela quantidade de vidas perdidas em decorrência de embriaguez ao volante e da participação em “pegas”, esses crimes como de baixo potencial ofensivo. Desse modo, julgamos inadequada a atual redação do parágrafo único do art. 291 do CTB, que, por remissão expressa, atribui tais crimes aos juizados especiais.

Quanto à inclusão da possibilidade de instauração de inquérito policial para a investigação dos crimes de lesão corporal culposa no trânsito, nada temos a opor, na medida em que tal procedimento poderá contribuir para a identificação e punição dos responsáveis, com o conseqüente incremento na segurança do tráfego. No que se refere à observância do rito do art. 539 e seguintes do Código de Processo Penal, julgamos desnecessário esse acréscimo, posto que o *caput* do art. 291 já prevê a aplicação das normas gerais do Código de Processo Penal, desde que o CTB não disponha de modo diverso.

Também consideramos oportuna a alteração proposta no art. 306 do CTB, no sentido de que o simples fato de conduzir veículo em estado de embriaguez, bem como sob efeito de substâncias entorpecentes, já constitui, por si só, condição necessária para a configuração de crime de trânsito, estando implícito a esta conduta o dano potencial à incolumidade de outrem.

Quanto ao crime de participação em competição não autorizada, mostra-se urgente a necessidade de ampliação das penas atualmente em vigor, de forma que se possa punir exemplarmente os praticantes desses trágicos eventos, para o bem da segurança de todos os usuários do trânsito. Nesse sentido, concordamos com as alterações propostas para o art. 308 do CTB, especialmente com as hipóteses de agravamento das

penas para os casos em que o crime resulte em lesão corporal de natureza grave ou morte.

Quanto à revogação proposta para o art. 292 do Código de Trânsito, de forma que, segundo o autor da matéria, *“não parem dúvidas quanto à possibilidade de ser aplicada, em qualquer crime de trânsito, até nos mais graves, a pena de suspensão do direito de dirigir”*, entendemos que tal revogação é desnecessária, bastando, para dirimir quaisquer dúvidas sobre sua aplicação, um pequeno ajuste em seu texto.

Por fim, com o fito de deixar mais claras as novas normas a serem estabelecidas, detectamos a necessidade de alguns ajustes em diversos pontos da proposta original, o que nos levou a elaborar substitutivo ao projeto.

Pelo exposto, com o objetivo de reprimir com maior veemência condutas perigosas e indesejáveis, bem como de promover uma melhoria nos índices de segurança de nosso trânsito, submetemos à apreciação dos membros desta Comissão de Viação e Transportes nosso voto, pela APROVAÇÃO, quanto ao mérito, na forma do substitutivo anexo, do Projeto de Lei nº 308, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado HUGO LEAL

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 308, DE 2007

Altera os arts. 291, 292, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre os crimes de trânsito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 291, 292, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para regular as características, os procedimentos e as penas atribuídas aos crimes de embriaguez ao volante e participação em competição não autorizada.

Art. 2º Os artigos 291, 292, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 291.

Parágrafo único. Aplica-se ao crime de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, podendo ser instaurado inquérito policial para sua investigação. (NR)”

“Art. 292. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades. (NR)”

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, bem como de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica:

..... (NR)”

“Art. 308. Participar, na direção de veículo automotor, em via pública, de corrida, disputa ou

competição automobilística não autorizada pela autoridade competente, gerando situação de risco à incolumidade pública ou privada:

Penas – detenção , de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

*§ 1º Se, da prática do crime previsto no **caput**, resultar lesão corporal de natureza grave, e as circunstâncias demonstrarem que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa de liberdade é de reclusão, de três e oito anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo.*

*§ 2º Se, da prática do crime previsto no **caput**, resultar morte, e as circunstâncias demonstram que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, a pena privativa da liberdade é de reclusão de 5 a quinze anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo. (NR)”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado HUGO LEAL